



CAMPANHA NEM UM POÇO A MAIS

por áreas livres de petróleo

Nota de repúdio da Campanha Nem um Poço a Mais contra a Licença de Instalação do Porto Central

Espírito Santo, 12 de maio de 2023

Nós da Campanha Nem Um Poço a Mais repudiamos a emissão da Licença de Instalação pelo IBAMA e o lobby que vem sendo feito pela SEAMA para a construção do Porto Central sobre 1.712 hectares de vegetação, sendo 912 hectares de vegetação nativa protegida (Leis 11.428/2006 e 12.651/2012), e 220 há em Áreas de Preservação Permanente (APP). Somente a área diretamente afetada pelo porto corresponde a 66% das áreas de vegetação que deveriam ser protegidas pelos senhores!

Apesar do porto receber o título de “utilidade pública”, que garante a intervenção ou supressão de remanescente florestal de restinga, avaliamos que esse título não se sustenta. O projeto NÃO É oportuno e nem vantajoso ao interesse coletivo, além disso, NÃO possui baixo impacto ambiental. Ressaltamos a importância da preservação ambiental na região que abriga comunidades tradicionais da pesca artesanal, agricultura familiar e quilombolas.

A ocupação desta área e a destruição da vegetação nativa, bem como da sua biodiversidade, afetará diretamente os modos de vida de comunidades tradicionais e das populações de toda a região da foz do Itabapoana. Caso seja construído, o porto destruirá 1132 hectares de áreas protegidas para dar lugar a um megaprojeto com 20 km de cais, uma extensão maior que os 16 km de litoral de todo o município de Presidente Kennedy.

Lembramos que este projeto nasce da especulação imobiliária e já apresentou inúmeras irregularidades, tendo sido alvo de mais de 40 pedidos de revisão pelo IBAMA, que anteriormente reprovou o seu Estudo de Impacto Ambiental. Dos 27 profissionais listados como componentes da equipe multidisciplinar responsável pela elaboração do EIA/RIMA do Porto Central, cinco não constavam como regulares no Cadastro Técnico Federal (CTF). O Porto Central conta com a ex-secretária de Meio Ambiente de Vitória, e ex-diretora técnica do lema, Sueli Tonini, velha aliada das grandes poluidoras, como principal articuladora do projeto.

O projeto também foi barrado na comissão de meio ambiente do Conselho Estadual de Cultura por impactar diretamente o patrimônio histórico e cultural da Igreja de Nossa Senhora das Neves, que recebe anualmente em sua romaria mais de 50 mil visitantes. Bispos do ES e RJ se manifestam contrariamente ao Porto Central. A igreja que foi

construída pelos Padres Jesuítas no século XVII, e que é Patrimônio Histórico do Espírito Santo corre o risco de ficar ilhada pelo parque industrial!

A construção da área industrial do porto colocará em xeque a preservação de sambaquis, patrimônios culturais, existentes nas proximidades da Igreja Nossa Senhora das Neves. A instalação do Porto Central não considera as populações ribeirinhas do ITABAPOANA, ou seja, querem agora nesse momento fazerem a "Caracterização das Comunidades Ribeirinhas do ITABAPOANA", depois de tanto tempo que este empreendimento está pretendendo se instalar.

E as falsas promessas de emprego, que nunca são gerados para a população local, trarão um contingente enorme de homens de outras localidades, colocando em risco de violência sexual as mulheres e meninas de Presidente Kennedy, tal como aconteceu em todos os lugares onde implantaram-se Portos e outros grandes empreendimentos.

Considerando os compromissos climáticos do Brasil em reduzir as emissões de gases do efeito estufa, não faz sentido implantar mais Portos para atender a cadeia de petróleo e gás, principais causadores da emergência climática que vivemos. O Porto Central estaria a cerca de 160 km do Porto do Açú, no norte do Rio de Janeiro, que funciona com menos de 1/3 de sua capacidade (1.200.000 barris/ano). Já implantaram a IMETAME em Aracruz e ainda querem instalar a Petrocity em São Mateus! Lula e Casagrande como justificam esta contradição?

Entre todas as violações de direitos humanos deste projeto, destacamos também o fato de não cumprirem com a Convenção 169 da OIT que garante aos povos originários e comunidades tradicionais o direito à Consulta prévia, livre e informada.

O desenvolvimento que os Senhores defendem é para quê e para quem?

Entendemos que não há viabilidade de coexistência possível entre o empreendimento, as comunidades e a preservação do meio ambiente. Dizemos NÃO à instalação do Porto Central e cobramos responsabilidade e comprometimento com a população capixaba e com a preservação do meio ambiente por parte do Governo do Espírito Santo, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Ibama.

Agostinho Mendonça e Felipe Rigoni, vocês são despachantes das grandes empresas que ignoram seu papel em defesa do Meio Ambiente, dos povos tradicionais, da pesca tradicional, da sócio-biodiversidade, do destino do planeta, ou são presidente do IBAMA, e Secretário de Meio Ambiente do estado do Espírito Santo?

Vocês terão culpa irreparável em tudo que se perderá caso o Porto se instale de fato. Se prestando a isso na função que estão... Vergonha!

Campanha Nem Um Poço a Mais!

